

Intervenções de enfermagem a populações em situação de sem-abrigo: *scoping review*

Diana Cunha¹, Amélia Simões Figueiredo²

¹ Doutoranda do Doutoramento em Enfermagem da Universidade Católica Portuguesa; Enfermeira Especialista em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica, Mestre em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica.

² Doutora em Ciências da Educação; Professora de Enfermagem e Diretora da Escola de Enfermagem da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa).

Introdução

O presente trabalho foi elaborado do âmbito do projeto de doutoramento em curso, com a finalidade de proceder a uma revisão de literatura acerca das intervenções de enfermagem disponíveis à população em situação de sem-abrigo.

Fonte do INE, acerca do Rendimento e Condições de Vida (2019), indica que em 2019 21,6% dos residentes em Portugal encontravam-se em risco de pobreza ou exclusão social. Atualmente em Portugal Continental, 2428 pessoas (40%) estão “sem teto”, e 3616 (60%) “sem casa”.

O altruísmo e a solidariedade são dois dos valores principais da profissão de enfermagem. Segundo o REPE, art.º 101, o enfermeiro é responsável pela promoção da saúde e pelas respostas às necessidades em cuidados de enfermagem das populações, devendo não só conhecer as reais necessidades como também participar na orientação para soluções adequadas.

Nesse sentido, cremos ser nosso dever contribuir para o conhecimento da enfermagem no âmbito do fenómeno da pessoa em situação de sem-abrigo.

Objetivos

Identificar as intervenções de enfermagem disponíveis às populações em situação de sem abrigo, na literatura científica.

Materiais e Métodos

Foi feita uma *scoping review* segundo a metodologia proposta pelo Joanna Briggs Institute.

Colocámos como questão de revisão: **Quais as intervenções de enfermagem disponíveis às populações em situação de sem abrigo?**

Como critérios de inclusão desta revisão considerámos:

booleana/frase: TI (*nurse* OR *nurses* OR *nursing*) AND TI *homeless*; expansores: aplicar assuntos equivalentes; limitadores: texto integral, data de publicação 1 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2020; tipos de fontes: todos os resultados.

Inicialmente resultaram 22 artigos na pesquisa e foram lidos os seus resumos e conclusões. Foram excluídos artigos relacionados com estudantes de enfermagem e um artigo que não se encontrava disponível em pdf nem era relevante para esta pesquisa. Foram guardados 14 artigos que, após a primeira leitura, nos pareceram adequados ao estudo em vigor.

Resultados

No final, lidos os artigos, cinco respondiam à questão de revisão. Foi sobre esses cinco que trabalhámos: “Homeless Hope: uma organização voluntária liderada por enfermeiras que trabalha para educar e apoiar as pessoas que dormem na rua”; “Bibliotecas vivas: integração de enfermeiros na equipa interprofissional de cuidados à pessoa em situação de sem-abrigo”; “Cuidados de saúde primários de enfermagem para homens em situação de sem-abrigo”, “Lições dos sem-abrigo: interações civis e não civis com enfermeiras, comportamentos de autocuidado e barreiras para o cuidar”; “Diagnósticos de enfermagem da população em situação de rua à luz da teoria do autocuidado”. Nenhum destes artigos descreve a realidade em Portugal.

Conclusões

Os estudos analisados deixam-nos pistas acerca do caminho a seguir, em termos de investigação. O primeiro descreve a compaixão e voluntarismo necessários para trabalhar com a população sem-abrigo. O segundo demonstra a importância de reunir diversas áreas do conhecimento de forma a enfrentar as múltiplas barreiras que se apresentam quando se trata da abordagem à pessoa em situação de sem-abrigo. O terceiro reforça a elevada prevalência de problemas de saúde mental e comorbilidades desta população, enfatizando a necessidade de estar disponível a ajuda em cuidados continuados e não em situação de urgência. O quarto relata uma realidade em que pessoas em situação de sem-abrigo sentem que as enfermeiras que lhes prestam cuidados são indiferentes à sua situação atual. O quinto artigo enfatiza a fragilidade da saúde dos sem-abrigo e refere que os riscos a que esses indivíduos estão sujeitos não são reconhecidos por eles como problemas de saúde, o que exerce um impacto negativo no autocuidado, afetando a sua saúde.

Os artigos referidos evidenciam a prevalência de doença mental entre as pessoas em situação de sem-abrigo e ainda a frequência com que estas pessoas não têm consciência da morbilidade, pelo que se torna difícil a procura de ajuda em serviços de saúde.

Fica em nós a sugestão de estudar na população portuguesa este fenómeno, quais os diagnósticos de enfermagem que prevalecem e quais as intervenções necessárias e adequadas por parte da enfermagem, em particular por parte da enfermagem de saúde mental e psiquiátrica, à pessoa em situação de sem-abrigo.